



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo n. 02633769620218060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subcreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO CLAUDIO DE ALMEIDA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 16 de fevereiro de 2024.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**  
**45542-A/CE**

Processo n.º 02633769620218060001

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: FRANCISCO CLAUDIO DE ALMEIDA

**RAZÕES DO RECURSO**

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

**BREVE RELATO DOS FATOS**

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 13/04/2019.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

**ISTO POSTO**, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, **julgo, parcialmente, procedente** o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, condenando a parte demandada no pagamento em favor da parte promovente na importância de **RS 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, devendo esse valor ser acrescido de correção monetária com base no INPC, **a partir da data do evento danoso (Súmula 580- STJ)**, e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, **a partir da citação. (Súmula 426- STJ)**, até a data do efetivo pagamento, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

*Data vênia*, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

**DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

| RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP  | SÚMULA 257, STJ   |
|--|---|
| Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente. | Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente. |

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsam com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO e tjece.jus.br, protocolado em 22/02/2024 às 17:41, sob o número WNUJ24018018045. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0263376-96.2021.8.06.0001 e código F0CF9F0.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, **caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.**

Também **não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro faculta o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.**

[...]

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.

ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0018643-27.2016.8.16.0130 - Paranaíba - Rel.: Juiz Alexandre Barbosa Fabiani - J. 06.09.2018)

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.”

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso, para:

Seja reconhecida a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT e a conseqüente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 16 de fevereiro de 2024.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**  
**45542-A/CE**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**, inscrito na **45542-A/CE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCISCO CLAUDIO DE ALMEIDA**, em curso perante a **14ª VARA CÍVEL** da comarca de **FORTALEZA**, nos autos do Processo nº 02633769620218060001.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2024.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/CE 27954-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

123

<sup>1</sup>Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

<sup>2</sup>Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

<sup>3</sup>Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.



**ESTADO DO CEARÁ**

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça  
DAE - Documento de Arrecadação Estadual

NUMERAÇÃO DO CÓDIGO DE BARRAS

85610000002-0 87480006202-6 40326202462-9 02708748800-6

fls. 264

|   |                                   |  |
|---|-----------------------------------|--|
| 1 - CÓDIGO/ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA/PRODUTO/SERVIÇO<br>6491 - Emolumentos e Custas Judiciais / 62950 - Custas Processuais   | 2 - DATA DE EMISSÃO<br>22/02/2024 | 3 - DATA DE VENCIMENTO<br>25/03/2024         |
| 09 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE<br>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA<br>CNPJ: 09.248.608/0001-04  |                                   | 4 - NOSSO NÚMERO (DAE)<br>2024.62.0270874-88 |
| 10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES<br>000411 - DEPARTAMENTO JUDICIARIO CIVEL - FORTALEZA<br>Tipo da Guia: Judicial Nº Guia: 0186956<br>Valor da Causa: R\$ 13.500,00 Natureza da Ação: RECURSO DE APELACAO<br>Processo: 02633769620218060001 Rateio: FERMOJU (97%):R\$278,86/FUNSEG-JE(3%):R\$8,62 |                                   | 5 - PERÍODO DE REFERÊNCIA<br>02/2024         |
| 12 - QRCODE PIX<br>   |                                   | 6 - VALOR PRINCIPAL<br>R\$ 287,48            |
| PAGAMENTO NA REDE ARRECADADORA CREDENCIADA JUNTO À SEFAZ  |                                   | 7 - MULTA/JUROS<br>R\$ 0,00                  |
| 11 - CÓDIGO DE BARRA<br>85610000002-0 87480006202-6 40326202462-9 02708748800-6   |                                   | 8 - TOTAL A RECOLHER<br>R\$ 287,48           |
|   |                                   | 1ª VIA - BANCO                               |
|   |                                   | PAGAMENTO ONLINE                             |

**ESTADO DO CEARÁ**

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça  
DAE - Documento de Arrecadação Estadual

NUMERAÇÃO DO CÓDIGO DE BARRAS

85610000002-0 87480006202-6 40326202462-9 02708748800-6

|   |                                   |  |
|---|-----------------------------------|--|
| 1 - CÓDIGO/ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA/PRODUTO/SERVIÇO<br>6491 - Emolumentos e Custas Judiciais / 62950 - Custas Processuais   | 2 - DATA DE EMISSÃO<br>22/02/2024 | 3 - DATA DE VENCIMENTO<br>25/03/2024         |
| 09 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE<br>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA<br>CNPJ: 09.248.608/0001-04  |                                   | 4 - NOSSO NÚMERO (DAE)<br>2024.62.0270874-88 |
| 10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES<br>000411 - DEPARTAMENTO JUDICIARIO CIVEL - FORTALEZA<br>Tipo da Guia: Judicial Nº Guia: 0186956<br>Valor da Causa: R\$ 13.500,00 Natureza da Ação: RECURSO DE APELACAO<br>Processo: 02633769620218060001 Rateio: FERMOJU (97%):R\$278,86/FUNSEG-JE(3%):R\$8,62 |                                   | 5 - PERÍODO DE REFERÊNCIA<br>02/2024         |
| PAGAMENTO NA REDE ARRECADADORA CREDENCIADA JUNTO À SEFAZ  |                                   | 6 - VALOR PRINCIPAL<br>R\$ 287,48            |
|   |                                   | 7 - MULTA/JUROS<br>R\$ 0,00                  |
|   |                                   | 8 - TOTAL A RECOLHER<br>R\$ 287,48           |
|   |                                   | 2ª VIA - CLIENTE                             |

**ESTADO DO CEARÁ**

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça  
DAE - Documento de Arrecadação Estadual

NUMERAÇÃO DO CÓDIGO DE BARRAS

85610000002-0 87480006202-6 40326202462-9 02708748800-6

|   |                                   |  |
|---|-----------------------------------|--|
| 1 - CÓDIGO/ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA/PRODUTO/SERVIÇO<br>6491 - Emolumentos e Custas Judiciais / 62950 - Custas Processuais   | 2 - DATA DE EMISSÃO<br>22/02/2024 | 3 - DATA DE VENCIMENTO<br>25/03/2024         |
| 09 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE<br>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA<br>CNPJ: 09.248.608/0001-04  |                                   | 4 - NOSSO NÚMERO (DAE)<br>2024.62.0270874-88 |
| 10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES<br>000411 - DEPARTAMENTO JUDICIARIO CIVEL - FORTALEZA<br>Tipo da Guia: Judicial Nº Guia: 0186956<br>Valor da Causa: R\$ 13.500,00 Natureza da Ação: RECURSO DE APELACAO<br>Processo: 02633769620218060001 Rateio: FERMOJU (97%):R\$278,86/FUNSEG-JE(3%):R\$8,62 |                                   | 5 - PERÍODO DE REFERÊNCIA<br>02/2024         |
| PAGAMENTO NA REDE ARRECADADORA CREDENCIADA JUNTO À SEFAZ  |                                   | 6 - VALOR PRINCIPAL<br>R\$ 287,48            |
|   |                                   | 7 - MULTA/JUROS<br>R\$ 0,00                  |
|   |                                   | 8 - TOTAL A RECOLHER<br>R\$ 287,48           |
|   |                                   | 3ª VIA - PROCESSO                            |

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO e tjece.jus.br, protocolado em 22/02/2024 às 17:41, sob o número WNUJ24018018645. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0263376-96.2021.8.06.0001 e código F0CF9F1.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
22/02/2024 - AUTOATENDIMENTO - 17.21.57  
1251301251 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS  
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4  
=====  
Convenio DAE ESTADO CEARA  
Codigo de Barras 85610000002-0 87480006202-6  
40326202462-9 02708748800-6  
Data do pagamento 22/02/2024  
Valor Total 287,48  
-----  
DOCUMENTO: 022205  
AUTENTICACAO SISBB: 9.DF6.D35.2F1.D71.649

Transação efetuada com sucesso por: J7663175 JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO e tje.jus.br, protocolado em 22/02/2024 às 17:41, sob o número WNUJ24018018045  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tje.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0263376-96.2021.8.06.0001 e código F0CF9F1